

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.376 - SP (2019/0145528-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **MARCUS VINICIUS ROSA**
ADVOGADO : **MARCUS VINICIUS ROSA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP256203**
AGRAVADO : **COMERCIAL E INCORPORADORA FRESNO SA**
ADVOGADO : **FÁBIO EDSON BUNEMER - SP113568**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS VINICIUS ROSA contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO. Redistribuição pela Resolução OE nº 737/2016 e Portaria nº 02/2017 do TJSP. Ação de cobrança. Preliminar de nulidade da perícia por insuficiência de esclarecimentos. Inocorrência. Perito que cumpriu com o seu dever, bem esclarecendo o cálculo do débito. Compromisso de compra e venda. Inadimplemento contratual verificado. O pagamento de parte da dívida não afastou o direito da credora de enviar notificação para que fosse purgada a mora. Honorários advocatícios extrajudiciais. Possibilidade de cobrança em caso de mora ou inadimplemento do consumidor. Inteligência dos arts. 389 e 395 do Código Civil. Sentença mantida. Majoração dos honorários advocatícios. RECURSO DESPROVIDO" (fl.293 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 316/322 e-STJ).

No recurso especial (fls. 304/313 e-STJ), o recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração, e

(ii) art. 477, § 2º, do CPC/2015 - diante da ausência de manifestação ou de sua insuficiência por parte do perito à manifestação do recorrente.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevivendo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

A insurgência não merece prosperar.

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.

2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). Precedente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).

Ademais, na hipótese, constata-se que as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

"(...) A preliminar de insuficiência de esclarecimentos da perícia deve ser rejeitada.

Intimado a se manifestar acerca do laudo, o requerido não apresentou impugnação a este e tampouco formulou quesitos complementares, limitando-se a rebater as respostas proferidas pelo expert.

Superior Tribunal de Justiça

Constata-se que o perito bem cumpriu o seu dever, pois o cálculo do débito foi bem esclarecido. Impende ressaltar que a controvérsia deve ser decidida pelo julgador, de modo que cabe ao perito apenas responder aos quesitos e às dúvidas existentes.

Não se verifica, outrossim, a omissão na apreciação da alegação de abusividade da cobrança dos honorários advocatícios previstos no contrato, tese refutada sob o seguinte justificativa: 'Percentuais de juros, multa e honorários estão bastante claros na cláusula 4.1 (fls. 25). Sendo o compromissário comprador um profissional da Advocacia, era capaz de estimar o alcance daquilo que assinara.''' (fls. 296/297 e-STJ- grifou-se).

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas n°s 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 11% (onze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator